



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO.**

A **ASSOCIAÇÃO CIVIL SOS CONSUMIDOR**, que objetiva a defesa dos consumidores, possui finalidade social, é constituída por tempo indeterminado, não possui fins econômicos, e tem caráter filantrópico, assistencial e educacional, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 07.270.305/0001-62, por seus advogados infra-assinados, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor a presente.

**AÇÃO COLETIVA**  
**nos termos do Código de Defesa do Consumidor**  
**com pedido LIMINAR URGENTE de**  
**antecipação de tutela**

em face da **CONMEBOL - CONFEDERACIÓN SUDAMERICANA DE FÚTBOL**, com endereço na Autopista Aeropuerto Internacional km 12 y cidade de Luque – **Paraguay**, (numero de fax +595-21/645 791- telefone principal +595-21/645 781) pelos motivos de fato e de direito que passa a elencar:

**I – SÍNTESE DA DEMANDA**



1. A presente ação civil pública tem por finalidade fazer valer o princípio constitucional da isonomia (Art. 5º, I da Constituição Federal de 1988), posto que torcedores, que também são consumidores, estão sendo alijados de assistir a espetáculo futebolístico, por ato praticado pela ré, que, a pretexto de punir o clube de Futebol SPORT CLUBE CORINTHIANS, por gravíssimo incidente que vitimou fatalmente um torcedor que assistia a competição pelo torneio Copa Libertadores da América - fora do Brasil, ordenou que as próximas competições do referido torneio em que o CORINTHIANS for mandante se realizem a portões fechados, e, quando se realizarem fora do Brasil, que seus torcedores não entrem nos estádios.

2. Ocorre que, conforme texto anexo a Confederação ré PERMITIU que no jogo que se realizou no dia 27 de fevereiro de 2013, que além de jornalistas, outras pessoas adentrassem no estádio para assistir o jogo do CORINTHIANS na Copa Libertadores da América, o que fere o princípio constitucional da igualdade.

3. Por conta disso a associação autora pede **liminar para que todos os consumidores que já adquiriram e que ainda vão adquirir ingressos sejam autorizados a ingressar pacificamente para assistir os jogos do CORINTHIANS na Copa Libertadores da América que se realizem tanto dentro do Brasil como fora**, pois os mesmos contrataram com o time e não pode a Confederação ré simplesmente rasgar os contratos celebrados.

4. O pedido final será a confirmação da liminar antecipatória dos efeitos da tutela, bem como a INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, em valor não inferior a 100 vezes o valor do ingresso para cada consumidor que não pode assistir a partida do dia 27 de fevereiro de 2013, face à frustração da expectativa que tinham em assistir o jogo, ainda mais em tendo o time ganho a partida pelo placar de 2 X 0 em face do time Milionarus. .

5. É a síntese da demanda.



[www.sosconsumidoresp.com](http://www.sosconsumidoresp.com)

## **II – DO CABIMENTO DE AÇÃO COLETIVA:**

Dispõe o artigo 83 do Código de Defesa do Consumidor que: **“Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este Código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela”.**

A presente ação tem nítido cunho mandamental, eis que visa a imposição de ordens (preceitos) à requerida, cujo descumprimento poderá caracterizar crime de desobediência.

O artigo 90 do Código de Defesa do Consumidor descreve que: **“Aplicam-se às ações previstas neste Título as normas do Código de Processo Civil e da Lei 7.347/85, inclusive no que respeita ao inquérito civil naquilo que não contrariar suas disposições”.**

### **DO INTERESSE EM LITÍGIO**

No caso em tela, temos todos os tipos de interesses ligados aos consumidores, ou seja, difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Preceitua, a esse respeito, o artigo 81, do Código de Defesa do Consumidor:

**“Artigo 81 – A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente ou a título coletivo.**

**Parágrafo único – A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:**



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

**I – interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por uma circunstância de fato;**

**II – interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;**

**III – interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos, os decorrentes de origem comum”.**

Temos assim que, os **direitos difusos** estão ligados à publicidade de todos os jogos e torcedores do mundo inteiro.

O ato do fornecedor atinge todos os consumidores potenciais do produto e do serviço, que são em número incalculável e não vinculados entre si por qualquer relação jurídica-base.

Da mesma forma que o bem jurídico tutelado é indivisível, pois uma única ofensa é suficiente para a lesão de todos os consumidores, e igualmente a satisfação de um deles, pela legalidade da venda dos lotes, que beneficiará ao mesmo tempo todos eles.

O direito à informação está ligado à natureza indivisível , pois os consumidores têm direito de assistir os jogos em qualquer lugar do mundo.

E também fere os **direitos individuais homogêneos**, tratam de direitos de origem em comum.



## **DA LEGITIMIDADE ATIVA:**

A Associação autora, qualificada no preâmbulo desta inicial, foi constituída para pleitear a tutela de interesse difusos, coletivos e individuais homogêneos, em conformidade com os artigos 5º, § 4º, da Lei 7.347/85 **e o artigo 82, do CDC**, senão vejamos:

**“Artigo 5º - A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:**

**§ 4º - O requisito de pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.”**

**“Artigo 82 – Para fins do artigo 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente:**

**I – o Ministério Público;**

**II – a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;**

**III – as entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinadas à defesa dos interesses e direitos protegidos por este Código;**

**IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este Código, dispensada a autorização assemblear.**

**§ 1º - O requisito a pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas no artigo 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.**



## **DA RELEVANCIA SOCIAL**

Entretanto, independentemente da dimensão do dano, outro fator de extrema importância é o da relevância social, que está caracterizada por tratar-se de direito ao lazer previsto na Constituição Federal/88, alterada pela emenda constitucional nº 26, de 14/02/2000:

**“Artigo 1º - O artigo 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.**

É notório que o direito ao lazer é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal/88, tendo como princípio fundamental a **GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**, previstos nos artigos 1º e 6º do diploma legal, tratando-se de direitos indisponíveis.

A disposição da **Emenda Constitucional nº 26** tem incidência imediata, atingindo a norma infraconstitucional que com ela está incompatível.

## **DO ESTATUTO DO TORCEDOR E O DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Diz também o art. 42 § 3º da Lei 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) que:

Art. 42. § 3º O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao **consumidor**, nos termos do art. 2º da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990.(grifei)



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

3. Ora, se o espectador do espetáculo futebolístico, pagante, por qualquer meio é equiparado a consumidor (e, de fato, se compra ingresso é efetivamente consumidor), e se há direitos individuais homogêneos violados, a resposta da sociedade não poderá ser outra senão o ingresso de ação civil pública para tutelar os interesses violados.

5. A associação autora é detentora de legitimidade para garantia dos interesses individuais homogêneos dos consumidores que adquiriram ingresso e que agora, por ato arbitrário da Confederação ré, se veem alijados do cumprimento do contrato. E este ato não é praticado pelo clube CORINTHIANS, que prontamente obedeceu à determinação da CONMEBOL (ao que está estatutariamente obrigado), mas pela ré, que além de rasgar o contrato de cerca de 85 mil consumidores que compraram ingressos antecipadamente, também vem ao Brasil desrespeitar o princípio constitucional da igualdade.

6. Daí o interesse da associação autora; Daí a demonstração de que a via processual eleita não poderia ser outra senão a Ação Coletiva, tendo em vista que a ação objetiva a preservação da dignidade de um universo de consumidores nos termos do CDC e da Lei Pelé.

### **III - DOS FATOS**

1. A presente ação não tem como finalidade discutir o gravíssimo acidente que vitimou fatalmente o torcedor na cidade de Oruro na Bolívia. Também não tem a finalidade de discutir se houve negligência por parte dos organizadores daquele evento desportivo ao permitir que torcedores (tanto brasileiros quanto bolivianos) se adentrassem no estádio portando sinalizadores marítimos. Só é objeto da presente ação fazer valer o princípio da igualdade, e fazer valer a tábua do contrato.

2. Ora, conforme dito no preâmbulo, a pretexto de punir o clube de Futebol SPORT CLUBE CORINTHIANS, por gravíssimo acidente que vitimou fatalmente um torcedor que na cidade de Oruro (Bolívia) assistia a competição pelo torneio Copa Libertadores da América, a Confederação é ordenou que as próximas competições do referido torneio em que o



[www.sosconsumidorsp.com](http://www.sosconsumidorsp.com)

CORINTHIANS for mandante se realizem de portões fechados, e, quando se realizarem fora do Brasil, que seus torcedores não entrem nos estádios.

3. Ocorre que, para o jogo que o SPORT CLUBE CORINTHIANS disputou na noite de 27 de fevereiro de 2012, pela referida Copa Libertadores da América, no estádio do Pacaembu, a entidade ré permitiu que além de jornalistas, outras pessoas, que não exclusivamente membros da delegação adentrassem no estádio.

4. A Torcida se comportou, aquiesceu à decisão, mas a frustração tomou conta dos consumidores que se viram ultrajados face à discriminação sofrida.

5. E mais ainda, seis torcedores conseguiram liminar, também para assistir o referido jogo, o que deixou os demais torcedores com a sensação de diminuição de seus direitos em face dos que celeremente os buscaram.

6. Veja-se a propósito a mensagem eletrônica que o Secretário Executivo da Unidade Disciplinar CONMEBOL enviou ao Presidente do CORINTHIANS, com a relação de pessoas autorizadas a assistir o jogo do noite de 27 de fevereiro de 2012:

**Aclaración de la ejecución de las medidas cautelares adoptadas**

*Estimado señor Presidente:*

*Por medio de la presente le damos respuesta a su comunicación de ayer en la que solicitaba diferentes aclaraciones sobre el modo de cumplir la medida cautelar acordada por el Tribunal de Disciplina de jugar a puerta cerrada sus partidos en condición de local.*

*De conformidad con lo dispuesto en el Art.71.d) del Reglamento Disciplinario de la CONMEBOL, le hacemos saber que la referida medida cautelar se ha de cumplir en los siguientes términos:*

**Única y exclusivamente podrán acceder al estadio las siguientes personas o grupos de personas:**

*a) Un máximo de 70 miembros de la delegación del Corinthians, incluidos los jugadores, cuerpo técnico, personal médico, restantes oficiales y directivos del Club.*

*b) Un máximo de 20 personas en su condición de directivos o miembros de la Federación Paulista de Fútbol y/o de la Confederación Brasileña de Fútbol.*

*c) Periodistas acreditados, siempre y cuando la lista de acreditaciones con los detalles y la identidad de los periodistas haya sido entregada a la CONMEBOL para su aprobación con al menos 4 horas de antelación a la hora de inicio del partido. Los periodistas deben realizar su trabajo en los lugares habituales de labor.*

*d) Personal técnico encargado de la transmisión televisa del encuentro.*

*e) Policía y empleados de seguridad que tengan asignadas tareas específicas en relación con la seguridad del partido.*

*f) Personas que desempeñan funciones en relación con la infraestructura del estadio (iluminación, limpieza, etc.)*

*g) La delegación del equipo visitante.*

*Como se ha indicado, salvo las personas o grupos de personas enumeradas en el listado anterior, ninguna otra (como por ejemplo invitados, sponsors, etc.) está autorizada a acceder al estadio.*

*Es obligación del Delegado de la CONMEBOL para el partido comprobar el adecuado cumplimiento de la medida cautelar, debiendo de emitir el correspondiente informe a la Unidad Disciplinaria de la CONMEBOL.*

*Atentamente,*

*Francisco Figueredo*

*Secretario Ejecutivo*



[www.sosconsumidoresp.com](http://www.sosconsumidoresp.com)

*Unidad Disciplinaria de la CONMEBOL*

FONTE:

<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,conmebol-autoriza-imprensa-mas-fara-credenciamento-de-jornalistas,1002223,0.htm>

## TRADUÇÃO

Clarificação da aplicação das medidas de precaução tomadas

Caro Sr. Presidente:

Através deste, vamos responder a sua comunicação de ontem, em esclarecimento solicitando sobre como cumprir com a liminar concedida pelo Tribunal de Disciplina para jogar seus jogos a portas fechadas como local.

De acordo com as disposições do Art.71.d) Disciplina CONMEBOL regulamento, sabemos que essa ordem ser cumprida da seguinte forma:

Pode acessar o estádio exclusivamente as seguintes pessoas ou grupos de pessoas:

- a) Um máximo de 70 membros da delegação do Corinthians, incluindo jogadores, treinadores, pessoal médico, outros funcionários e diretores do clube.
- b) Um máximo de 20 pessoas em condição de dirigentes ou membros da Federação Paulista de Futebol e / ou da Confederação Brasileira de Futebol.
- c) Os jornalistas credenciados, enquanto a lista de certificações com os detalhes e identidade dos jornalistas foram entregues à CONMEBOL para a aprovação de pelo menos 4 horas antes do horário de início da partida. Os jornalistas devem fazer o seu trabalho nos locais habituais de trabalho.
- d) A equipe técnica responsável pela transmissão televisiva do jogo.
- e) policiais e de segurança pessoal que são atribuídas tarefas específicas em relação à segurança da festa.
- f) As pessoas servindo em conexão com a infra-estrutura do estádio (iluminação, limpeza, etc)
- g) A delegação do time visitante.

Como indicado, exceto pessoas ou grupos de pessoas indicadas na lista acima, não. (Tais como convidados, patrocinadores, etc) estão autorizadas a entrar no estádio

É dever do delegado à CONMEBOL verificar o correcto cumprimento da liminar e emitirá o relatório correspondente à CONMEBOL Unidade de Disciplina.

Atenciosamente,

Francisco Figueredo

Secretário Executivo

Unidade Disciplinar CONMEBOL

## **DA CONTRARIEDADE AO ART. 5º CAPUT E ART. 5º, I DA CF-88 E PEDIDO DE LIMINAR**

1. Agindo desta forma, ainda que com fulcro em Regulamento interno, a Confederação ré discrimina pessoas que não poderão assistir o espetáculo, alijando-os principalmente os que já adquiriram ingresso de um evento que se consagra com uma das



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

maiores paixões do povo brasileiro que é o futebol, em clara contrariedade ao art. 5º *caput* e art. 5º, I da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

2. Urge seja reparada tal violação, posto que o Brasil está prestes a receber eventos internacionais de grandioso porte e a tanto a Federação, quanto às Confederações internacionais precisam de adequar às nossas normas constitucionais e infra-constitucionais brasileiras. Nossas leis são boas, mas precisam ser respeitadas. É o respeito à LEI e à CONSTITUIÇÃO que busca a autora na presente ação.

2. Eis então na CONTRARIEDADE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL o principal motivo para que seja concedida a LIMINAR DE ANTECEIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA FINAL para que **todos os consumidores que já adquiriram e ainda vão adquirir ingressos sejam autorizados a ingressar pacificamente para assistir TODOS os jogos do CORINTHIANS na Copa Libertadores da América que se realizem tanto dentro do Brasil como fora**, pois os mesmos contrataram com o time e não pode a Confederação ré simplesmente rasgar os contratos celebrado.

3. Poderia este MM. Juízo questionar o fato de que a autora requer seja concedida LIMINAR para que os torcedores possam assistir as partidas, **também fora do Brasil, em que o CORINTHIANS jogar pela Copa Libertadores da América**. O fundamento de tal pedido é exatamente o CONTRATO de compra e venda celebrado entre os torcedores e a Confederação ré. O contrato foi celebrado do Brasil, sob o viger das leis brasileiras. E deve ser executado no tempo e lugar para o qual foi concebido. Daí o pedido tanto liminar quanto final.

**DA CONTRARIEDADE À LEI 8078/1990**



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

1. Conforme dito pelo MM. Senhor Doutor Juiz da Antônio Carlos de Figueiredo “*É Inquestionável que o ingresso adquirido pelo consumidor vincula a Organizadora do evento (art. 48 do CDC). Em tese, portanto, o consumidor teria que se conformar com a frustração do contrato exclusivamente na hipótese de cancelamento do evento ou por motivo de força maior. A punição preventiva do clube para jogar sem a presença da torcida, em um Juízo de cognição sumária, não caracteriza um motivo plausível para a Organizadora do Torneio rasgar os contratos que celebrou com os torcedores que adquiriram por antecipação os ingressos. Assim, a punição aplicada após a compra do ingresso pelos autores, em tese, não pode afetar o seu direito adquirido de comparecimento ao espetáculo que irá se realizar, notadamente porque a própria organizadora do evento permite a assistência a seus convidados.*

2. Ora, como pode o consumidor ver “alguns” contratos sendo cumpridos e os seus, exatamente os seus, ingressos comprados por pessoas que não tem relação alguma com o evento ocorrido fora do Brasil (reitera-se aqui o respeito à gravidade do acidente que vitimou fatalmente o adolescente na cidade de Oruro – Bolívia) ser rasgado.

3. Houve sim uma frustração à legítima expectativa dos consumidores que adquiriram os ingressos, compraram camisas e se prepararam durante meses para assistir os jogos do seu time e viram-se colocados para fora do estádio. Sem contar aqueles consumidores que compensaram horas, trocaram folga, e até tiraram férias para assistir os jogos.

4. A frustração da legítima expectativa do consumidor enseja a reparação por danos morais. Eis que o mesmo ao adquirir ingressos espera assistir o espetáculo, Se eventos outros (com todo respeito) causaram espécie à Confederação ré, ela que providencie zelo e cuidado para que artefatos estranhos não se adentrem nos estádios e que zele, junto às autoridades pela efetivação de PLANO DE AÇÃO, visando a segurança, não somente dos torcedores, mas de jogadores, árbitros, jornalistas, policiais bem como toda e qualquer **PESSOA** que estiver dentro do estádio. Mas que não venha punir, discriminatoriamente o consumidor.

5. O não permitir que o torcedor entrasse no estádio, permitindo à apenas alguns a alegria de ver o time vencer na noite de 27 de fevereiro de 2013 um importante



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

jogo, é tratado pelo Código de Defesa do Consumidor como defeito na prestação de serviço, e para sanar tal defeito, tanto o CDC, quanto a Constituição Federal preveem a mais ampla indenização:

**Lei 8078/90:**

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

(...)

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

.

**Constituição Federal art. 5º**

(...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

6. O consumidor ao adquirir o ingresso esperava apenas um resultado: assistir o jogo. Violado esse direito, surgiu para o titular a pretensão à reparação, e esta se faz através da presente ação.

7. Assim, face o defeito na prestação de serviço ocasionado pela confederação ré, é a presente para requerer sua condenação, a não somente restituir o valor dos ingressos aos torcedores, mas também ao pagamento de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS A CADA CONSUMIDOR que, em fase de liquidação apresente seu ingresso, ou prova de tê-lo comprado (como fatura de cartão de crédito, impressão do via internet, etc) em valor não inferior a 100 vezes o valor de casa ingresso.

**DA REITERAÇÃO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA FINAL**



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

1. Assim, face o exposto, a autora vem REITERAR seu pedido LIMINAR DE ANTECEIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA FINAL para que **todos os consumidores que já adquiriram e ainda vão adquirir ingressos sejam autorizados a ingressar pacificamente para assistir TODOS os jogos do CORINTHIANS na Copa Libertadores da América que se realizem tanto dentro do Brasil como fora, acompanhando seu clube.**

2. Funda-se o pleito de que possam os consumidores assistir também o jogo fora pelo fato de que os consumidores possuem CONTRATO de compra e venda celebrado com Confederação ré. O contrato foi celebrado do Brasil, sob o viger das leis brasileiras. E deve ser executado no tempo e lugar para o qual foi concebido. Daí o pedido.

3. Funda-se também a presente no art. 84 do Código de Defesa do Consumidor, pois sem a concessão da liminar o dano moral dos consumidores somente se fará aumentar, face à continua frustração de expectativa em ver os jogos, e a cada partida, como foi a do dia 27 de fevereiro de 2013, o consumidor se sentirá mais lesado, e buscará certamente em ação individual sua reparação. É para evitar o tumulto de ações judiciais que pugna a associação autora pela concessão da liminar.

4. Pugna outrossim seja estipulada MULTA diária, nos termos do art. 84 § 4º do CDC, não inferior a 100 vezes o valor de cada ingresso que impedir seu respectivo consumidor de adentrar aos jogos.

5. Também requer seja a Confederação ré compelida a não constranger o time CORINTHIANS por conta da concessão da presente liminar, impondo-lhe sanções, quer pecuniárias, quer administrativas, pois o **CORINTHIANS NÃO É RÉU NA PRESENTE AÇÃO**, e não poderá ser compelido a arcar com quaisquer sanções.

## **DO PEDIDO FINAL**

Requer, finalmente, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para converter a tutela antecipada em provimento final, para que todos os consumidores que já adquiriram e ainda vão adquirir ingressos sejam autorizados a ingressar pacificamente para



[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

assistir TODOS os jogos do CORINTHIANS na Copa Libertadores da América que se realizem tanto dentro do Brasil como fora, acompanhando seu clube.

Requer, outrossim seja a restituir o valor dos ingressos aos torcedores, mas também ao pagamento de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS A CADA CONSUMIDOR que, em fase de liquidação apresente seu ingresso, ou prova de tê-lo comprado (como fatura de cartão de crédito, impressão do via internet, etc) em valor não inferior a 100 vezes o valor de casa ingresso.

## **V- DOS REQUERIMENTOS**

1. Requer-se a CITAÇÃO da Confederação ré na pessoa de seu representante legal POR CARTA ROGATÓRIA para que, em o querendo, conteste os termos da presente, apresentando a defesa que tiver, dentro do prazo legal, sob pena de revelia.

4. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

5. Requer-se a intimação do Ministério Público Estadual para atuar nesta causa enquanto fiscal da lei.

6. Requer-se que sejam enviados ofícios, bem como seja dada a publicidade, via imprensa oficial, necessária à presente, nos termos do art. 94 do CDC, a fim de que os interessados venham intervir como litisconsortes, sem prejuízo de divulgação que a ASSOCIAÇÃO SOS CONSUMIDORES fará.

7. Atribui-se à presente o valor de R\$ 10000,00 (um milhão de reais).

Nestes termos,  
pede deferimento.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2.013



**CONSUMIDOR**

[www.sosconsumidores.com](http://www.sosconsumidores.com)

**JORGE LUIZ BATISTA KAIMOTI PINTO,**

**OAB/SP 117.397**

**JOÃO ANTONIO CALSOLARI PORTES**

**OAB/SP 121.571**

**LEANDRO TELLES**

**OAB/SP 241.048**

**ADRIANA CARVALHO GIRARDELLI**

**OAB/SP N. 156.832**

**ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO**

**OAB/SP.769**

**MARLI APARECIDA SAMPAIO**

**OAB-SP 134.739**

**Presidente da SOS Consumidor**